

## Apresentação

A entrada das famílias populares nas escolas públicas brasileiras, sobretudo a partir da década 1970, representa um dos fenômenos mais importantes para a construção de uma sociedade democrática, como a garantia de igualdade de oportunidade para todos. A chamada universalização do Ensino Fundamental, ou seja, o acesso de crianças antes excluídas do sistema educativo provocou inúmeras consequências tanto para a instituição escolar quanto para a família. Nossa proposta de pesquisa para a elaboração desta dissertação está inserida no campo do debate que envolve família popular, educação pública brasileira e segregação urbana. Com o objetivo de complementar a bibliografia apresentada, utilizaremos os dados coletados pelo projeto intitulado “Gestão escolar e territórios populares”, desenvolvido pelo Departamento de Sociologia e o Departamento de Educação, sob a coordenação dos professores Marcelo Burgos e Ralph Bannell, envolvendo escolas públicas do entorno da PUC- Rio, localizadas no bairro da Gávea. Faço parte da equipe da pesquisa, permanecendo durante dois anos com bolsa FINEP/CNPq.

O interesse pelos temas em questão surgiu através dos estudos realizados ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional. Iniciei, na cidade do Rio de Janeiro, em 1999, meu caminho profissional em uma instituição escolar conveniada com a Prefeitura do Rio de Janeiro que oferecia Educação Infantil para crianças de 1 ano e 6 meses até 6 anos de idade, pois, naquela época, as crianças de 6 anos ainda não pertenciam ao Ensino Fundamental. Nesta instituição participei do quadro de docentes e tive a oportunidade de ser regente de turma de todas as classes oferecidas, além de ser coordenadora pedagógica junto ao corpo administrativo. Trabalhei na coordenação disciplinar de uma escola particular de grande porte, localizada na Baixada Fluminense e também fui coordenadora pedagógica do Ensino fundamental I e II de uma escola particular, localizada na Ilha do Governador. Atualmente sou professora do Município de Duque de Caxias, regente de uma turma de 5º ano e de uma turma de EJA (educação de jovens e adultos) – Etapa II, correspondente ao 2º e 3º ano de escolaridade. Minha graduação é em Pedagogia com habilitação para licenciatura em Educação Infantil

e séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5ºano). Fiz curso de especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica, Administração Escolar e também em Sociologia Política e Cultura. Nesses cursos, a temática que conduzia meus questionamentos era principalmente voltada para as análises sobre o multiculturalismo, principalmente por ter trabalhado em uma creche conveniada com a Prefeitura que atendia famílias da classe média e também da classe popular, com a presença de fortes conflitos sociais e étnicos.

Os estudos sobre a temática multicultural e a grande preocupação que envolvia a exclusão e a discriminação de grupos sociais e étnicos no sistema educacional foram durante alguns anos objeto de minhas pesquisas.

O conceito de multiculturalismo surge no campo educacional como reflexo das preocupações relacionadas à prática pedagógica e aos discursos curriculares homogeneizadores.

Há aproximadamente duas décadas, o campo educacional no Brasil vem refletindo e considerando questões ligadas à pluralidade cultural, com o objetivo de garantir e proporcionar “a todos” uma educação democrática, a fim de que todas as identidades e culturas sejam respeitadas e incorporadas ao cotidiano escolar.

O discurso em defesa da *pluralidade cultural*, da *diversidade cultural* ou do *multiculturalismo* (alguns dos termos utilizados pela área educacional), em reconhecimento à diversidade étnica e cultural brasileira – representado pelo índio, imigrante, afro-descendente, rural, urbano, etc – é incluído em documentos oriundos do governo federal, como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) que apresentam como questão fundamental a superação da discriminação, reforçando o papel crucial da escola como agente conscientizador.

Refletir sobre o papel da escola, a formação das gerações submetidas ao conhecimento escolar e o conceito de pluralidade cultural foram os grandes questionamentos que definiram minhas escolhas em busca de caminhos que colaborassem para a prática multicultural dentro das escolas.

O curso de Sociologia Política e Cultura, realizado em 2008 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, apresentou-me novas perspectivas sobre

a pluralidade cultural e as políticas de reconhecimento. Neste curso tive a oportunidade de analisar as reflexões de autores como Charles Taylor e Nancy Fraser, de grande relevância para a discussão do multiculturalismo. Na época, foi organizado um grupo de estudos acerca do tema da segregação urbana, sob a coordenação do professor Marcelo Burgos. Com os estudos organizados pelo professor, percebi que a exclusão em nossas escolas vai muito além dos muros da escola. A exclusão, marcada pela profunda desigualdade econômica que assola nosso país, assume novas formas em nossas escolas públicas baseada nas relações com o novo público que a frequenta, depois do processo de universalização de acesso ao Ensino Fundamental. Relações essas travadas em uma dimensão em busca da igualdade de oportunidades e da democracia, após a década 1980.

Minha opção por cursar o programa de pós-graduação em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro teve o objetivo de refletir sobre questões que problematizam estudos sobre as desigualdades sociais em sua perspectiva cívica, considerando o contexto de acesso aos bens públicos e aos direitos de segmentos populares.

Em 2005 e 2006, o Departamento de Sociologia – PUC/Rio – sob a coordenação dos professores Ângela Paiva, Marcelo Burgos e Sarah Telles, desenvolveu uma pesquisa junto às escolas públicas e projetos sociais que atendem moradores de quatro favelas, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de analisar como essas instituições lidam com a relação contraditória existente entre cidade e território. O resultado da pesquisa foi consolidado no livro “A escola e a favela”, organizado pelos coordenadores e publicado em 2009. A pesquisa demonstrou que “o trabalho de socialização cultural na cidade que deveria ser realizado pela escola pública tem sido prejudicado pelo estigma da favela, encarada como locus privilegiado da cultura da violência”. (BURGOS, 2008, p.39). O livro apresenta diversos relatos de professores de escolas públicas que comprovam o lugar negativo que esses territórios ocupam no imaginário docente, pois os professores “tendem a ler o universo de seus alunos a partir da hipótese da cultura da violência (...)”.(idem, p.45). Esse trabalho também influenciou muito na escolha do meu tema para a elaboração desta dissertação.

A pesquisa em questão elegeu o espaço da escola pública municipal seu objeto de estudo, pois entendendo a escola como lócus da formação do indivíduo autônomo e reflexivo, a mesma deve essencialmente colaborar na construção de espaços públicos democráticos na luta contra relações promotoras de preconceitos e estigmas sociais.

A presente dissertação resulta dessa trajetória pessoal que, de algum modo, incorpora o debate sobre o multiculturalismo e a problemática da desigualdade, em especial na expressão urbana, refletida na segregação de territórios populares.

## Introdução

Em nosso ordenamento constitucional<sup>1</sup>, a educação formal é condição fundamental para o exercício da cidadania. Além da educação regular, representada por disciplinas e conteúdos socialmente legitimados, a escola contemporânea também é responsável pela formação de sujeitos críticos capazes de refletir sobre sua realidade, organizarem-se coletivamente e participarem efetivamente da esfera política. Essas atribuições são apresentadas pela LDB/96<sup>2</sup> como princípio básico para a educação nacional. Por seu protagonismo na construção de uma ordem social democrática, a escola é espaço de constante luta social e fundamental objeto de estudo e pesquisa.

Segundo o artigo 32 da LDB – Lei 9394/96 –, o Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito, na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Além dos documentos já mencionados, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) apontam para uma escola construída através da gestão democrática

---

<sup>1</sup> Constituição Federal, capítulo II, dos Direitos Sociais. “art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

<sup>2</sup> Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

que prevê a participação não só dos profissionais da educação, mas também dos responsáveis, dos alunos e da comunidade em geral.

Esta dissertação tem o objetivo de contribuir para a reflexão do lugar da escola após o processo de “massificação” do Ensino Fundamental e sua relação com a família oriunda do mundo popular. Refletir qual o lugar que a instituição escolar ocupa no projeto de vida das famílias populares moradoras de favelas e qual o grau de participação dos responsáveis pelo processo de escolarização de seus filhos.

Sua contribuição, além de possibilitar uma melhor compreensão da relação entre territórios na vida cidadina carioca, colabora essencialmente para uma reflexão acerca do papel da escola e do papel da família no processo educacional formal. Para tanto, o projeto Gestão escolar e territórios populares concebeu um *survey* com pais/responsáveis de alunos moradores de favelas, que estudam em seis escolas públicas localizadas na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. O resultado dessa pesquisa foi sistematizado em um relatório elaborado pelo coordenador geral Marcelo Burgos, e serviu de base empírica para esta dissertação.

O questionário utilizado na pesquisa foi elaborado com o objetivo de medir as percepções dos pais/responsáveis acerca do processo de escolarização de seus filhos. Do total de 3.525 alunos matriculados em 2009, nas seis escolas públicas, foram aplicados 323 questionários contemplando os responsáveis pela matrícula dos alunos, segundo suas fichas. É importante ressaltar que 90,7% dos alunos de nossa amostra residem em favelas (Rocinha, Vidigal e Parque da Cidade) na cidade do Rio de Janeiro.

O questionário é dividido em dois núcleos centrais com o objetivo de verificar o grau de compromisso dos pais/responsáveis com a escola e identificar diferentes padrões de expectativas em relação à escolarização do estudante. Esses dois núcleos incluem cinco eixos de questões e 133 perguntas divididas em 7 seções. Eis os cinco eixos:

- 1- relação do entrevistado com sua própria escola e trajetória escolar,
- 2- relação da escola como estudante,

- 3- percepção sobre a relação do estudante com a escola,
- 4- percepção sobre a escola do estudante,
- 5- percepção sobre o efeito da vizinhança sobre a escola.

O objetivo deste trabalho é o de compreender através das análises dos dados do *survey*, como as famílias populares percebem o processo de escolarização dos alunos, levando em conta as peculiaridades do bairro em que as escolas estão localizadas e também o local de moradia das famílias. Utilizaremos os dados referentes a dois eixos:

- 1- relação do responsável com a escola do estudante;
- 2 - percepção sobre a escola do estudante.

Na condição de uma das entrevistadoras, pude testemunhar a complexa diversidade das favelas, as dificuldades encontradas pela equipe para encontrar as residências dos alunos e as precárias condições de vida dos moradores e a esperança presente nos discursos dos responsáveis sobre a possibilidade de transformação social através da educação escolar. São esses os elementos que consolidam nosso interesse, além de enriquecer a bibliografia utilizada.

Conforme veremos, no capítulo 1, nossa reflexão parte de uma bibliografia que discute o enfraquecimento da função socializadora das escolas públicas. Esse processo ganha maior inteligibilidade quando se considera o conceito de desmodernização, elaborado por Alain Touraine (2003). Por desmodernização, Touraine entende o processo decorrente da crescente autonomia da esfera econômica em face do Estado e suas instituições, que passam por um processo de enfraquecimento de suas funções sociais.

Dentro deste contexto, a escola moderna sofre com os efeitos de uma sociedade na qual a mediação e a integração social ficam comprometidas. Como veremos, Touraine destaca que com a desinstitucionalização das escolas, ou seja, o enfraquecimento de sua função social, a família passa a ser uma das

protagonistas no processo educativo, passando a ser considerada presença indispensável.

Partindo desse contexto mais geral, que tem na família uma parte central para a escolarização, Néstor Lopéz (2009) apresenta a noção de educabilidade. O sociólogo argentino afirma que as relações com as famílias devem considerar as suas diversidades econômicas, sociais e culturais. A noção de educabilidade aponta para a necessidade de se analisar quais condições educativas e sociais essenciais tornam possível o êxito do estudante no processo educativo e ao mesmo tempo avalia qual é o conjunto de recursos exigidos pela escola para que esta tenha sucesso em suas atividades. Lopéz ressalta a importância de se diferenciar o aluno ideal do aluno real, e considerar que a capacidade do estudante de acompanhar o processo educativo é um pressuposto básico na sua capacidade em aprender.

Coloca-se em cena, portanto, a discussão sobre as políticas de incentivo à participação parental nas escolas. Sobre esse tema, mobilizando, ainda no capítulo 1, a análise do sociólogo Pedro Silva (2003), o autor chama a atenção para o fato de o Estado utilizar a participação dos pais como instrumento de controle social, denominada por ele como “operação cosmética”, ele também alerta para a necessidade de se refletir acerca da falsa homogeneização nos discursos escolares sobre as famílias populares.

Avançando na discussão proposta por Pedro Silva, Daniel Thin (2006) problematiza a diferenciação entre as lógicas socializadoras das famílias populares e da escola pública. Complementando a questão da diversidade entre as famílias que fazem parte do segmento popular, Thin esclarece que a posição dominante das escolas em relação às famílias ratifica um sentimento de inferioridade destas famílias que, em contraponto, legitima a lógica escolar, causando uma crise de autoridade das famílias populares. A partir da discussão com esses autores, formulamos o problema da relação entre escolas e famílias populares que vivem em territórios segregados.

O capítulo 2 parte da bibliografia que trata da questão da segregação urbana no caso da cidade do Rio de Janeiro, pois dentro do contexto social no qual nossa cidade foi formada é possível afirmar que o fato de morar em favelas

colabora na promoção de estigmas sociais aprofundando desigualdades e comprometendo o caráter democrático da educação.

Em consideração a uma bibliografia que aponta para a escola pública atual como uma instituição degradada<sup>3</sup>, consideramos essenciais pesquisas que colaborem para a quebra de estereótipos que reproduzem imagens negativas do corpo docente que não somente prejudicam o desempenho escolar dos alunos, mas que colaboram para a desigualdade e para a exclusão que caracterizam nossa sociedade.

É a partir deste ponto que surge o interesse em analisar a percepção do lugar da escola no imaginário dos pais/responsáveis de famílias populares moradoras de favelas através do *survey* aplicado.

A análise dos dados coletados, realizada no capítulo 3, possibilitará que possamos conhecer tanto as famílias que hoje frequentam as escolas públicas como também o lugar que a escola ocupa dentro da vida dessas famílias e seu grau de adesão ao projeto educativo de seus filhos.

Considerando a presença da família essencial ao plano político e pedagógico, vamos discutir algumas questões sobre as relações que envolvem a família e a sua ascensão em relação ao seu papel dentro do processo educativo, além das diferentes lógicas socializadoras que distinguem as famílias e as escolas públicas.

---

<sup>3</sup> Segundo Mônica Peregrino (2010, p.53), degradação é o nome que tem sido utilizado para descrever os efeitos sofridos pela escola pública nos processos que marcaram sua expansão.